

Resenha de livro

The political economy of violence against women. Por Jacqui True. New York: Oxford University Press, 2012. ISBN 978-0-19-975591-2.

Resenhista:

Katiuscia Moreno Galhera (Unicamp/ Penn State University)

katiuscia.mg1@gmail.com

Recebido: 22/11/2015

Aprovado: 30/12/2015

The political economy of violence against women, de Jacqui True, publicado em 2012 e ainda não disponível no Brasil ou na língua portuguesa, compõe uma série de publicações fomentada por duas das maiores teóricas feministas das Relações Internacionais - J. Ann Tickner e Laura Sjoberg -, na coletânea *Oxford Studies in Gender and International Relations*. Seu argumento central consiste em que as desigualdades econômicas e políticas entre homens e mulheres, reforçadas por condições e acontecimentos econômicos globais, aumentam a violência contra a mulher, além de que as mulheres mais pobres são as mais vulneráveis à violência e esta, por seu turno, aprofunda a sua própria pobreza, em um ciclo vicioso e pernicioso. Em adição, as políticas (públicas ou internacionais) voltadas a essa população deveriam calcar-se no empoderamento das mulheres, o que geralmente não acontece.

Em outras palavras, há uma íntima relação entre as diferentes formas de violência contra as mulheres e os processos macroestruturais e/ou locais, donde processos políticos e econômicos podem ser vistos como mantenedores ou aprofundadores das inequidades de gênero que sustentam esta violência, sendo que as instituições são frequentemente incapazes de responder (e muitas vezes não respondem) de forma apropriada a essa problemática.

A ênfase em duas variáveis explicativas – gênero (calcado em análises binárias) e classe – é opção marcante do livro (p. 8). Ou seja, de fora do escopo de sua análise ficam as pessoas trans e não são mencionados marcadores sociais de diferença, como os de ordem geracional, para citar apenas dois exemplos. Apesar dessas lacunas, o livro traz à baila algumas questões que, embora não sejam exatamente novas aos estudos de gênero, vestem nova roupagem quando conjugadas com aspectos internacionais.

A violência contra as mulheres, termo no qual a autora coloca o debate, não ocorre apenas em momentos de guerra, crise econômica ou eventos catastróficos, sendo um evento cotidiano, um clichê rotineiro mascarado tanto pelo silêncio das mulheres,

quanto pelo poder institucional masculino. A violência de gênero, sempre sub-reportada, é mundialmente a maior causa de mortes entre mulheres de 19 a 44 anos; intersecta com outros fatores, como falta de educação, condições de emprego e pobreza; ocorrendo com maior frequência em áreas rurais e na população mais jovem e comumente realizada por pessoas conhecidas. As vítimas de violência terão menores rendimentos e seu impacto ocorre sobre a pessoa que a sofreu diretamente e também sobre os filhos, diminuindo, por exemplo, expectativa de vida e nutrição, com impactos, a depender da recorrência e profundidade do ato, em toda sociedade (p. 10-4).

Para a autora, há uma íntima relação entre o acesso limitado das mulheres aos recursos produtivos – como “*land, property, income, employment, technology, credit, and education*”, (p. 17-8,) – e a violência, principalmente quando se compara o acesso a estes recursos entre mulheres e seus pares masculinos. Este quadro não acontece apenas nos recantos mais pobres do globo, embora possa ser percebido lá com mais frequência.

A solução envolve a participação multilateral de acadêmicos, ONG, governos, programas e políticas internacionais. E, esta discussão deve incluir uma perspectiva multidisciplinar que priorize: (i) divisão sexual do trabalho (em que mulheres geralmente ocupam cargos não remunerados voltados ao lar ou postos de trabalho “femininos” e desvalorizados social e financeiramente); (ii) economia macroeconômica, em que se procura os nichos mais baratos no mercado de trabalho (em geral a mão-de-obra feminina que cria ou mantém sua pobreza); (iii) e identidades do “protetor masculino” e da “protegida feminina”, realizadas em eventos como guerras e conflitos armados (que aprofundam desigualdades de gênero e limitam o acesso de mulheres à segurança física, serviços sociais, justiça e oportunidades econômicas) (p. 29-32).

Qual é a relação das masculinidades – conforme a autora, a construção social e a experiência de ser homem – com esse processo? Para ela, as masculinidades estão sendo construídas em nível global, por exemplo, políticas (neo) liberais que facilitam a expansão do comércio desregulado e das finanças e que minimizam a regulação baseada no Estado e o setor público reforçam a imagem do homem forte e competitivo, em detrimento das mulheres e de outras masculinidades beneficiadas por políticas públicas. O modelo masculino hegemônico perpetua a violência: os homens podem-se tornar violentos quando perdem seus empregos ou quando assistem ao sucesso econômico de suas companheiras, principalmente no âmbito doméstico.

Se os homens e, principalmente, a masculinidade hegemônica desenham instituições, mercados de trabalho e outros *apartheids gendered* (socialmente construído com base nas performances de gênero), há, conseqüente e concomitantemente, a demanda pela mão-de-obra barata, feminina, dócil (principalmente estrangeira) em nível global. A autora denomina este processo de *feminizing of survival* (feminização da sobrevivência) (p. 53). Para além das diferenças de gênero, há a herança colonial e a imposição colonizadora econômica dos países do Norte Global. As mulheres migrantes de minorias raciais são extremamente vulneráveis a abusos em espaços de emprego precários e ilícitos e em tráfico de pessoas.

A transição para o capitalismo e a liberalização da economia não protegeu ou fomentou a equidade de gênero. Entretanto, não é apenas nos países anteriormente capitalistas que a violência se acentuou. A liberalização do sistema financeiro e o colapso do crédito nos Estados Unidos e na Europa acentuaram a violência contra a mulher. Ademais, as políticas fomentadas por organizações, como Banco Mundial, também carecem de perspectivas de gênero. Além disso, as mulheres continuam com seus parceiros abusivos nos casos de necessidade derivada de crise econômica.

Há outros momentos em que a violência contra a mulher é exacerbada, como na guerra, em que um dos atos mais recorrentes é o estupro, embora a violência sexual seja atualmente um crime de guerra, um crime contra a humanidade, um ato de tortura e um ato constituinte relacionado ao genocídio. Eliminar as inequidades sociais e econômicas baseadas em gênero, para a autora, passa pela participação das mulheres, e pelo apontamento de suas vulnerabilidades em conflitos, questões não realizadas pela ONU.

O (nem tão) surpreendente, contudo, é que em “missões de paz” há estes delitos. Mulheres e crianças perfizeram mais de 80% de pessoas deslocadas em campos de concentração, sujeitas a estupros, escravidão sexual e abuso, casamentos forçados e feitos na infância ou adolescência, gravidez forçada e tráfico para prostituição. Além delas serem frequentemente as principais atoras desses processos, a reconstrução de um país é muitas vezes calcada no aprofundamento da inequidade de gênero.

O livro de True faz parte da segunda geração de autoras feministas nas Relações Internacionais que utilizam uma abordagem altamente empiricista para a aplicação de pressupostos, conceitos, variáveis explicativas e noções feministas e/ou de gênero. Por este motivo, o livro não se destaca por trazer à tona grandes problemas teóricos a serem resolvidos, mas por demonstrar que existem questões caras às relações internacionais

que, vistos sob uma ótica de gênero, trazem elementos importantes para os debates relacionados.